

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA COMO DISCIPLINA ESCOLAR NO PIAUÍ: 1939-1975.

JOSÉ CARLOS DE SOUSA¹
Universidade Estadual Do Piauí
garotinhopi@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado da pesquisa de mestrado uma pesquisa documental, de cunho histórico, tendo como objeto central de investigação a história da Educação Física como disciplina nas escolas públicas do Piauí, no período de 1939 a 1975, e a constituição do seu corpo docente.

A Educação Física Escolar foi inserida como disciplina nas matrizes curriculares no Brasil no século XX, por volta do ano de 1929, sendo que no Piauí a inserção da Educação Física nas Escolas ocorreu a partir de 1939, pelo Decreto-Lei 168, de 3 de Abril de 1939, publicado no Diário Oficial do Estado nº 77, que criou a Inspeção de Educação Física do Estado do Piauí e incluiu a Educação Física diretamente subordinada ao Departamento de Ensino. Essa inspeção tinha por finalidade “difundir, regulamentar e controlar a prática da educação física nos estabelecimentos de ensino e manter um curso especial com o fim de habilitar o professor ao ensino da mesma disciplina” (PIAUI, 1939).

A delimitação inicial do recorte temporal dessa pesquisa justifica-se pela inserção, em 1939, da disciplina Educação Física no currículo escolar piauiense. O recorte temporal final, em 1975, foi definido considerando o início da formação da primeira turma de professores de Educação Física da Universidade Federal do Piauí.

Este trabalho tem o intuito de contribuir com os estudos relacionados à história da Educação Física, analisando o processo de inserção da disciplina Educação Física e a formação dos professores dessa disciplina no contexto da escola pública no Piauí. Com isso, abordamos a Educação Física na perspectiva diacrônica, no intuito de explorar suas transformações, rupturas e permanências ao longo de sua inserção nas instituições primárias e secundárias no período de 1939 a 1975.

O estudo se deu através da técnica de entrevista tópica e semi-estruturada que, segundo Abramo (1979, p.182), é aquela em que “o entrevistador apresenta gradativamente itens verbais relacionados com o tema geral e o entrevistado responde aos itens apresentados pelo entrevistador [...] a fim de conduzir a entrevista com o objetivo de se obter dados e esclarecimentos acerca do tema pesquisado”. Foram selecionados três professores de Educação Física que atuaram na construção da disciplina Educação Física nas escolas do Piauí no período em foco. As entrevistas foram realizadas considerando a disponibilidade e o interesse dos mesmos em participar do trabalho respondendo as questões levantadas no sentido de contextualizar a periodização analisadas.

As questões relacionadas à história da inserção da educação física como disciplina escolar no currículo teve como aporte teórico as teorias de Norbert Elias (1994) e Jacques Le Goff (1996).

Mais do que a identificação de determinado modelo figuracional, esta pesquisa apresenta dois aspectos relevantes para a história da Educação Física do Piauí: (1) como se deu a inserção da disciplina Educação Física no contexto escolar nas instituições públicas piauienses; (2) como ocorreu a formação de professores para lecionar esta disciplina.

Primeiramente procedeu-se a análise documental das fontes preservadas no Arquivo Público do Estado do Piauí, recorrendo a documentos como, Diário Oficial do Estado e da

¹ Mestre em Educação Professor de Educação Física - Universidade Estadual do Piauí

União, registros escritos, relatórios de governo, planos e propostas de desenvolvimento pedagógico, que foram fotografados, digitalizados e posteriormente analisados.

A INSERÇÃO DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO PIAUÍ

A Educação Física foi adequando-se às mudanças sociais e políticas de cada época. Para Resende (1994), as argumentações históricas em defesa da inserção da Educação Física no contexto do processo de educação escolar não podem ser analisadas e julgadas sem considerar o momento político-social em que elas emergem. A Educação Física desde o século XIX contou com respaldo legal no Brasil, podendo ser percebido nos anos de 1851 e 1882, com a Reforma Couto Ferraz e os Pareceres de Rui Barbosa, respectivamente.

Na década de trinta do século XX, a Educação Física ainda não se configurava como disciplina e sim como atividade de ginástica nas escolas pública no Brasil. No Piauí não era diferente, como se pode perceber pela ausência dessa disciplina nos currículos do Liceu Piauiense, Escola Normal e dos grupos escolares que funcionavam sobre a égide da Reforma de 1910 (Decreto Lei 565 de 22/06) que “determinava a organização oficial do ensino no Estado” (BRITO, 1996, p.45):

O ensino primário se constituía das seguintes disciplinas: Leitura escrita/gramática/Caligrafia/Aritmética/Geometria/Geografia Geral/ Geografia do Brasil/Noções de Ciências Físicas e Naturais/Música /Desenho/Ginástica Exercícios Militares/Trabalhos Manuais (BRITO, 1985, p. 50).

Na estrutura do ensino no Piauí a ausência da disciplina Educação Física na matriz curricular no final do ano 1930, leva-nos a compreender a necessidade da inserção dessa disciplina, bem como da formação de professores para atender à necessidade, inclusive relacionada ao discurso nacional sobre a disciplina educação física.

No ano de 1939 foi criada a Inspeção da Educação Física no Piauí e regulamentado o funcionamento do curso destinado aos portadores de diploma de professores normalista ou certificados de conclusão de estudos secundários. O Decreto nº 237, de 17 de junho de 1939, normatizou a disciplina Educação Física, estabelecendo as instruções ao funcionamento das aulas, nos estabelecimentos de ensino primário:

A partir de 1º a 20 de fevereiro de 1939, na Diretoria de Educação, encontram-se abertas as inscrições para o Curso Especial de Educação Física; De conformidade com as instruções em vigor, deverão os interessados satisfazer as seguintes exigências:

- a) Ser diplomado como professor normalista ou possui certificado de aprovação no Curso Secundário, por estabelecimento de ensino oficial ou oficializado;
- b) Ter mais de 16 e menos de 30 anos de idade, contados até a data da matrícula;
- c) Ter excelente e ótima robustez física, comprovada em rigorosa inspeção de saúde. (PIAUI, 1939)

O Curso Especial de Educação Física do Estado do Piauí foi reconhecido pelo Decreto nº. 7.365, de 10 de junho de 1941. Tanto a criação da inspeção quanto o início dos cursos foram motivados pela obrigatoriedade imposta na constituição de 1937, que em seu artigo nº 131, determinava que “a educação física, o ensino cívico e os trabalhos manuais seria obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola ser autorizada e reconhecida sem que cumprisse a referida exigência” (BRASIL, 1937, p. 290).

No contexto do Departamento de Educação do Estado do Piauí, conforme pesquisa, nos documentos existentes no Arquivo Público, em 1930, no Piauí, as instituições públicas educacionais estavam assim distribuídas: na capital Teresina, 11 grupos escolares, 2 escolas

agrupadas, 15 escolas singulares e 15 escolas nucleares e no interior do estado, 21 grupos escolares, 29 escolas agrupadas, 38 escolas singulares e 161 escolas nucleadas, onde eram ministradas as disciplinas básicas do ensino, não figurando na grade curricular a disciplina Educação Física (DO, nº 156, 1939. p.4).

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO PIAUÍ NO PERÍODO DE 1939 A 1945: Implantação da Disciplina Educação Física no Currículo Escolar

O governo do Estado do Piauí através do Decreto de nº 168 de 3 de Março de 1939 criava a Inspeção de Educação Física, órgão vinculado ao Departamento de Educação, com a finalidade de difundir, regulamentar e controlar a educação física nos estabelecimentos de ensino, dentro da programação traçada pela União.

O Interventor Federal no Estado do Piauí, usando de atribuições, que por lei lhe era conferida considerando o que dispõe o artigo 131 da Constituição de 10 de Novembro de 1937, decretou:

Art. 1º - É criada a Inspeção de Educação Física do Estado do Piauí, que funcionará diretamente subordinada ao Departamento do Ensino.

Art. 2º - A Inspeção de Educação Física compete difundir, regulamentar e controlar a prática da educação física nos estabelecimentos de ensino e manter um curso especial com o fim de habilitar o professorado ao ensino da mesma disciplina. (Diário Oficial, nº 77, 1939, p.7)

A primeira turma do curso Especial de Educação Física no Piauí ocorreu na administração do interventor Federal Leônidas de Castro Melo, inscreveram-se 50 professoras normalistas e militares, em 1939, desses 20 foram aprovados e apenas 16 concluíram o curso e passaram a atuar nas escolas públicas do Piauí. (Diário Oficial Piauí, 1939). Nesta ocasião, foi indicado para assumir a Diretoria Técnica o Professor Manoel de Carvalho Anchieta, procedente do estado do Espírito Santo.

Nesse mesmo período, pelo decreto nº 273, de 17 de Junho de 1939, o Interventor Federal, Dr. Leônidas de Castro Melo, baixou instruções para disciplinar funcionamento das aulas de educação física nos estabelecimentos de ensino primário. A partir de 1940 o governo estadual estabeleceu os deveres dos professores, que após estarem em suas devidas funções, deveriam cumprir o que, no entendimento da Inspeção de Educação Física, seria a função da educação física no contexto escolar. A legislação procurava demarcar o perfil da disciplina e a ação docente na escola, configurando a partir de prescrições legais, o que deveria ser a educação física escolar.

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO PERÍODO DE 1945 A 1961: o vazio no campo da educação física escolar.

No período de 1945 a 1950, o Piauí tinha como governador do Estado Dr. José da Rocha Furtado, neste período, não foi possível encontrar registros de informações relevantes sobre a disciplina Educação Física, deixa-se de discuti-las por falta de informações documentais significativas. Assim como não foi possível registro sobre a Educação Física na década de 1950. Contudo, em 1952, houve uma nova organização administrativa do Departamento de Ensino. A administração dos serviços públicos de ensino apresentava nesse período, uma organização geral de ensino encarregada de incentivar e desenvolver as atividades educativas, na esfera estadual composta pela: Divisão de organização; Divisão de Inspeção; Divisão de Educação Física; Serviço de Administração e Serviço de Educação de Adultos. Portanto, no que diz respeito à Educação Física, neste período, a Inspeção de Educação Física foi transformada em Divisão.

A Divisão de Educação Física através da Inspeção do serviço de Educação Física, realizou trabalhos de inspeção em todos os grupos da capital, manteve uma relação mais estreita entre a Divisão e o serviço de orientação mais eficiente, junto às atividades dos professores e constatou que no Estado havia 68 cargos de carreira de professor de Educação Física, dos quais 25 lotados nos grupos da capital e 43 nos demais do interior (PIAÚÍ, Relatório Anual, 1952, p.34).

Durante o governo do General Jacob Manoel Gayoso e Almendra no período de 1956 a 1960, os registros sobre o Sistema Educacional, destacam a preocupação com a reestruturação e melhoria do quadro de professores primários e professor de Educação Física. Neste período, a Escola Normal Antonino Freire apresentava o corpo docente constituído de 23 professores catedráticos, 15 interinos, 3 contratos e um professor primário que estava à disposição da Escola, servindo na cadeira de Educação Física. Observa-se que na Escola Normal a Disciplina Educação Física ,sendo ministrada por um professor sem a formação específica em Educação Física, o que se conclui neste período a desvalorização da disciplina por parte do gestor público em contramão à valorização desse profissional e da disciplina ocorrida na década de 40.

No final do governo do General Jacob Manoel Gayoso e Almendra, destaca-se a elaboração de um plano de atividade educacional para o triênio 1956-1958 firmado junto ao Fundo Nacional do Ensino que tinha como um dos objetivos o re-aparelhamento da Educação Física, em todas as escolas do Estado, notadamente nas escolas da capital. Neste período, a professora Maria do Socorro Almendra de Carvalho foi contemplada com uma bolsa de estudo para a Universidade Federal do Brasil, após a realização de teste pela Secretaria de Educação e Cultura, atendendo à política de qualificação de professores de Educação Física, oferecida pelo Ministério de Educação aos Estados. Assim afirma a professora Maria do Socorro Almendra de Carvalho (2010):

Em janeiro de 1957, recebi a bolsa para fazer o curso de formação em curso normal em educação física no Rio de Janeiro, na Faculdade Federal do Brasil, fui aprovada no vestibular, fiz os três anos em um só, assistia aula com os alunos do 1ª, 2ª e 3º anos, no período de março a Dezembro de 1957.

Relata ainda a professora Maria do Socorro Almendra de Carvalho, que ao retornar do Rio de Janeiro em 1958, retorna às suas atividades como professora de Educação Física no Grupo Escolar Padre Sampaio na cidade de José de Freitas, onde trabalhou durante um ano, sendo um sonho trabalhar na escola que estudou e depois foi transferida para a cidade de Campo Maior, e ainda recorda:

A disciplina Educação Física no ensino primário, e nas séries do ginásio a existência de 2 aulas por semana e no ensino colegial, científico clássico a ausência da disciplina educação física, só com o advento da Lei 4.024/61, a educação passa a ter 3 aulas por semana tanto no primário, no ginásio e no científico clássico era a valorização da educação física (2010).

Recorda a professora “que neste período era grande a dificuldade para lecionar Educação Física, mesmo com toda a formação que obteve durante seu curso na Universidade Federal do Brasil, as escolas principalmente no interior (José de Freitas e Campo Maior) onde lecionou não tinha espaço físico, material e para realizar as atividades práticas, para a compra de material era necessário fazer bingo, festinhas junto aos alunos”.

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO PERÍODO DE 1961 A 1975: a obrigatoriedade da disciplina Educação Física.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação em 1961, que recebeu a denominação de Lei 4.024/61, O Dr. Chagas Rodrigues, então governador do Piauí, solicita do Departamento de Educação um levantamento estatístico do quadro de professores e de

alunos matriculados no ano letivo de 1961. Constatou-se que existiam 84 professores de educação física na rede estadual de ensino e que as sessões de aulas semanais, aconteciam para o sexo feminino e masculino, três aulas por semana. Estava estabelecido na própria lei, no seu artigo 22, “Que será obrigatória a prática da educação física nos cursos primário e médio, até a idade de 18 anos” (BRASIL LDB. 4.024/61).

No ano de 1962, o professor Conrado Nogueira Barros, professor da rede estadual de ensino, relata a oportunidade de fazer no Rio de Janeiro, na Escola de Educação Física do Exército, um curso de formação em Educação Física, retornando ao Piauí, no mesmo ano, afirma:

Eu já era professor de educação física, lecionava no Liceu Piauiense, e ministrava aula de desporto na Escola Industrial Federal do Piauí, naquela época trabalhávamos mais com o esporte preparávamos os alunos para competir e tinha como espaço, a quadra do Liceu, da Escola Industrial e o complexo esportivo João Antonio Leitão no Pirajá (2010).

Neste período, conforme afirma Ghiraldeli (1988), a educação física utilizava-se da abordagem competitivista “Esporte para todos” com a finalidade marcada pelo forte apelo aos esportes de competição oficiais, por um “culto do atleta-herói”, essa visão foi o predomnantes no regime militar. Foi o período que houve um maior investimento na educação física como um todo. O professor deveria preparar os futuros atletas a serviço de uma hierarquização e elitização social.

No período de 1962 a 1975, não foram encontrados registros significativos nos documentos sobre a Educação Física no Piauí, porém destacamos que no ano de 1971, no governo de Alberto Silva, a expansão e melhoria da rede escolar, através do convênio com o MEC/DED, para a construção do Centro de Treinamento de Educação Física em Teresina. Em 1975, durante o governo do Dr. Dirceu Arcoverde, o setor de Educação recebeu tratamento especial ao oferecer instrução a toda a população escolarizável do Estado. Com relação à expansão física da rede de ensino, nos níveis de 1º grau e 2º graus, na área da Educação Física, observou-se a conclusão Centros Esportivos em Teresina, destinados ao atendimento da população escolar de 1º e 2º graus, para atender o dispositivo do Departamento de Educação Física do Ministério de Educação, em observância a Lei de nº 6.251/75.

Segundo Brito (1985), na área de Educação Física, no ano de 1975, previa-se a intensificação da prática da Educação Física, nas Escolas Públicas do 1ª e 2º graus, no sentido de atender as diretrizes do Plano Nacional de Educação Física e do Desporto. Nesse sentido foi necessário providências por parte do governo, com vistas a atender o referido plano, como a preparação de áreas apropriadas à prática em todas as Unidades Escolares e habilitação em cursos regulares de nível universitário do pessoal docente necessário para atender a demanda da disciplina.

A professora Lucia Albuquerque Noberto relata que fez curso oferecido pela Secretaria de Educação que dava direito a lecionar da 1ª a 4ª série do primário e se tornou professora de Educação Física no Complexo Escolar Cristo Rei em 1973 na Unidade Escolar Odilon Nunes, já sob a reforma educacional da Lei Diretrizes de bases 5.692/71. Perguntado sobre sua experiência como professora afirma que:

Comecei a lecionar Educação Física na série de 1ª a 4ª série, no complexo Escolar Cristo na Unidade Escolar Odilon Nunes, na Unidade Escolar Euripedes de Aguiar, Secretaria de Educação e no complexo de Fátima, onde exericei também a coordenação de Educação, no setor publico federal lecionei no colégio agrícola de Teresina ministrava aula para as alunas do curso educação para o lar depois passei a lecionar pratica de ensino no centro de ciências da educação na Universidade Federal do Piauí (2010).

O percurso da Educação Física na escola foi se constituindo pelas intenções que, em cada momento histórico, foram se conjeturando no contexto social, educacional e cultural e o que se observou era uma acentuada preocupação da esfera governamental em fornecer o amparo legal para sedimentar os alicerces da educação física nos estabelecimentos de ensino

em suas diversas modalidades da época. Isso no sentido de não só dá a legalidade a esta disciplina, mas também sua legitimidade através de formação de professores.

CONCLUSÃO

E, por fim, é imprescindível se reconhecer que o universo da História é uma história reinventada, fixando os olhos no presente, indagando o passado. O que se pretendeu neste trabalho de pesquisa foi verificar e responder o nosso questionamento de como se deu a configuração da educação física no Piauí. Concluí-se que não foi diferente do restante do Brasil, do ponto de vista da legalidade, mas diferente na sua legitimidade.

Dados esses esclarecimentos é que, evidentemente, não se procurou deter nos estudos históricos como memorização factual, cronológica, ou mesmo dos personagens presentes nos documentos analisados. No entanto, foi nesta pesquisa histórica para reinventar o passado, procurando verificar, identificar evidências, encontradas pelos historiadores, que nos deu uma referencia para uma descrição da trajetória da Educação Física na instituição pública no Piauí. Neste contexto avaliativo a Educação Física como disciplina escolar, igualava-se às disciplinas, somente após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases 4.024/61.

Acredita-se, portanto, que não é possível trabalhar uma investigação na sua totalidade, uma vez que o segredo da pesquisa científica está em proporcionar aos outros a curiosidade de realização de estudos a partir do objeto estudado. É com este objetivo que se pretende socializar o presente trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Pesquisa em ciências sociais**. In: Hirano, Sedi (org). Pesquisa Social: projeto e planejamento. 2ª ed. T.A Queiroz, São Paulo: 1979. p.182

BRITO, Itamar. **Legislação da Educação do Piauí**, Edufpi, Teresina: 1985

BRASIL, **Constituição Federativa dos Estados Unidos**, Brasília, 1937.

_____, Congresso Nacional. **Lei nº. 4.024/61** (Diretrizes e Bases da Educação nacional), Brasília, 1961.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Educação Física Progressista**. vol.10. São Paulo: Loyola, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, Edunimcap: 1976

NORBERT, Elias. **O Processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro, V-1, Jorge Zahar: 1994 .

PIAUI, Diário Oficial do Estado, Teresina, 1939

_____, Diário Oficial do Estado, Teresina, 1952

PIAUI, Decreto Lei de nº 168 de 1939, Diário Oficial, Teresina-Piaui

_____, Decreto Lei de nº 237, de 1939, Diário Oficial, Teresina-Piaui

_____, Decreto Lei de nº 391, de 1941, Diário Oficial, Teresina-Piaui

_____, Decreto Lei de nº 454, de 1941 Diário Oficial, Teresina-Piaui

FONTES ORAIS

BARROS, Conrado Nogueira. Entrevista concedida a José Carlos de Sousa , Teresina, 2010

CARVALHO, Maria do Socorro Almendra de. Entrevista concedida a José Carlos de Sousa, Teresina, 2010

NOBERTO, Lúcia Lustosa Albuquerque. Entrevista concedida a José Carlos de Sousa, 2010.